



Ministério da Educação
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep
Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES

Nota Técnica DAES/INEP Nº 040/2015

Brasília, 18 de agosto de 2015.

Assunto: Adequações dos indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância ao Curso de Graduação em Medicina – Comissão Técnica de Medicina – Consulta Pública

1- Contextualização

O Programa Mais Médicos, instituído pela Lei Nº 12.871/2013, tem a finalidade de formar recursos humanos na área médica para o Sistema Único de Saúde (SUS) e apresenta, entre seus objetivos, o aprimoramento da formação médica para atuação nas políticas públicas de saúde do país e na organização e no funcionamento do SUS, proporcionando mais experiência no campo de prática médica durante o processo de formação; visa, assim, à prestação de serviços de atenção básica por meio da ampliação da inserção do médico em formação nas unidades de atendimento do SUS.

A Lei supracitada versa sobre a formação médica no Brasil, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina (Resolução Nº 3, de 20 de junho de 2014); aborda, ainda, a autorização e a renovação de autorização para o funcionamento de cursos de graduação em Medicina, estabelecendo critérios de qualidade, considerando as exigências estabelecidas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

O Sinaes prevê o acompanhamento sistemático do processo de avaliação e o aprimoramento dos instrumentos de avaliação, com vistas à qualidade da educação superior. A Portaria Nº 1.741, de 12 de dezembro de 2011, que aprovou o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, matricial, em seu Art. 3º, diz: “Os indicadores das dimensões do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação poderão ser excluídos, alterados e inseridos novos, sempre que houver necessidade de atualização, justificado por análise técnica dos seus resultados e em consonância com os objetivos do Sinaes”.

Dessa forma, são referências para as adequações e revisões no Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação, conduzidas pela Coordenação-Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Educação Superior (CGACGIES), no âmbito da Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), as avaliações já realizadas, bem como as demandas de diversas áreas de conhecimento que possuem cursos de graduação. Reforça-se, assim, a avaliação formativa e a meta-avaliação como forma de buscar a qualidade do processo avaliativo do Sinaes e da educação superior como um todo.

Nesse sentido, torna-se necessária as adequações dos indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância ao Curso de Graduação em Medicina, sobretudo no que tange aos indicadores da Área de Saúde, conforme o Programa Mais Médicos e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. A partir dessas adequações, indutoras de qualidade, e da releitura do instrumento fizeram-se necessárias e oportunas outras alterações.

II- Das adequações dos indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância ao Curso de Graduação em Medicina – Comissão Técnica de Medicina

A Daes constituiu uma Comissão Técnica de Medicina, com representantes do Ministério da Saúde (DEGES/SGTES/MS), da Comissão Nacional de Residência Médica (CARM), Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), do Ministério da Educação (SERES e SESU), do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (REVALIDA), da Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM), da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM) e do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS).

A Daes coordenou três reuniões da Comissão Técnica de Medicina (23/06/2015, 7/07/2015 e 22/07) cujo objetivo foi adequar os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância ao Curso de Graduação em Medicina, com base no Programa Mais Médicos e nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. As adequações ocorreram sob a orientação dos técnicos da Coordenação-Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Educação Superior (CGACGIES), sempre respeitando a lógica do instrumento matricial.

O trabalho teve como resultado os seguintes acréscimos e alterações:

Área de Saúde (inclusive Medicina)	Curso de Graduação em Medicina (exclusivo)	Outras alterações e acréscimos
1.2 (alterado)	1.10 (novo)	1.4 (alterado)
1.8 (novo)	1.27 (alterado)	1.6 (alterado)
1.25 (alterado)	1.32 (novo)	1.9 (alterado)
1.26 (alterado)	1.38 (novo)	1.19 (alterado)
1.30 (novo)	2.18 (novo)	1.22 (alterado)
1.31 (novo)	2.22 (novo)	1.23 (alterado)
1.34 (novo)	3.17 (novo)	1.33 (novo)
1.35 (novo)		1.36 (novo)
2.20 (alterado)		1.37 (novo)
2.21 (novo)		2.3 (alterado)

Nos Requisitos Legais e Normativos ocorreram sete alterações:

- Três atualizações
 - Inclusão da Resolução CNE/CP N° 2 de 2015 no Requisito Carga horária mínima, em horas – para Bacharelados e Licenciaturas e exclusão da Resolução CNE/CP N° 2/2002;
 - Inclusão da Resolução CNE/CP N° 2 de 2015 no Requisito Tempo de integralização e exclusão da Resolução CNE/CP N° 2/2002 e
 - Inclusão da Resolução CNE/CP N° 2 de 2015 no Requisito Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena e exclusão da Resolução CNE/CP N° 1/2002 e da Resolução CNE/CP N° 2/2002)
- Quatro novos Requisitos que se aplicam exclusivamente ao curso de Medicina
 - Destinação de 35% da Carga horária dos Cursos de Graduação em Medicina para a realização de Estágios Supervisionados, conforme previsto na DCN;
 - Garantia de no mínimo 30% dos Estágios Supervisionados nas áreas de Medicina Geral de Família e Comunidade e na Urgência e Emergência;
 - Oferta, própria ou conveniada, de Programas de Residência em Medicina Geral de Família e Comunidade para todos os egressos do curso de graduação, conforme a Lei 12.871/2013. Válido a partir de 01 de janeiro de 2019 e
 - Contratos Organizativos de Ação Pública de Ensino e Saúde (COAPES), Lei 12.871/2013 e Portaria Interministerial N° 1.124, de 4 de agosto de 2015).

Houve, ainda, a inclusão de dois termos no Glossário: Interprofissionalidade em Saúde e Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES).

O instrumento está anexado, na íntegra e com as alterações e acréscimos destacados, a esta Nota Técnica.

III- Considerações finais – Consulta Pública

Com base na Portaria N° 1.741, de 12 de dezembro de 2011, esta Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES/Inep torna públicas as alterações nos indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, visando ao princípio da transparência e à importância da participação e do diálogo constante entre o Estado e a Sociedade Civil.

Nessa perspectiva, as adequações dos indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (presencial e a distância) estarão disponíveis na página do Inep: <http://www.inep.gov.br/>, no período de 20 de agosto a 04 de setembro de 2015, para consulta pelas IES e demais interessados nos processos avaliativos do Sinaes. Com o intuito de democratizar esse processo, que deve contar com a participação da comunidade acadêmica, as sugestões sobre os indicadores do instrumento serão recebidas, conforme formulário anexo a esta Nota Técnica, por e-mail: instrumento.sinaes@inep.gov.br

As sugestões serão analisadas pela Daes, não cabendo resposta individualizada. O resultado das análises será divulgado por meio de outra Nota Técnica.


FABIANO CAVALCANTI MUNDIM

Pesquisador-Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais


SUZANA SCHWERZ FUNGHETTO

Coordenadora-Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Educação Superior
CGACGIES/DAES/INEP


CLAUDIA MAFFINI GRIBOSKI

Diretora de Avaliação da Educação Superior
DAES/INEP